



19 DE FEVEREIRO DE 2016

Sexta-feira

- "MOMENTO ECONÔMICO EXIGE RACIONALIDADE E EQUILÍBRIO", DIZ VICE-PRESIDENTE DO TRT-PR
- SIMPLES NACIONAL: STF SUSPENDE O NOVO ICMS DAS VENDAS INTERESTADUAIS REALIZADAS POR OPTANTES
- BRASIL E ARGENTINA ANUNCIAM ACORDO NO SETOR AUTOMOTIVO 'NO LONGO PRAZO'
- MEDO DE UMA NOVA CRISE GLOBAL ASSOMBRA OS MERCADOS INTERNACIONAIS
- PARANÁ E OUTROS QUATRO ESTADOS SE COLOCAM CONTRA A CPMF
- USIMINAS FECHA 2015 COM PREJUÍZO DE R\$ 3,7 BILHÕES
- CONFAZ VAI RECORRER DE DECISÃO QUE LIVROU PEQUENAS EMPRESAS DE NOVA REGRA DE ICMS
- CAMEX ALTERA ALÍQUOTAS DE IMPORTAÇÃO DE ALUMÍNIO NÃO LIGADO
- 74% DAS EMPRESAS BRASILEIRAS INVESTIRAM EM 2015, REVELA CNI
- USIMINAS PREPARA PLANO DE INJEÇÃO DE CAPITAL
- NISSAN NEGA ACUSAÇÃO DE DESRESPEITO ÀS LEIS TRABALHISTAS NOS ESTADOS UNIDOS
- SINDICALISTAS PROTESTAM NO RIO CONTRA CONDIÇÕES DE TRABALHO DA NISSAN NOS EUA
- INDÚSTRIA PAULISTA ELIMINA 14,5 MIL VAGAS EM JANEIRO, DIZ FIESP
- SINDIMOC ENTRA COM PEDIDO DE DISSÍDIO COLETIVO NO TRT
- POLARIS BATE RECORDE E CRESCE 15% EM 2015
- INDIAN CANCELA ABERTURA DE NOVAS REVENDAS
- INDUSTRIAIS DO ABCD SE UNEM PARA DIMINUIR REFLEXO DA CRISE
- INDÚSTRIAS TENTAM MANTER FATIA DE MERCADO COM MENOS APORTE

- ENTREVISTA: MOMENTO DE PARAR E PENSAR EM PRODUTIVIDADE É AGORA, NA CRISE
- NÚMERO DE INDÚSTRIAS QUE PLANEJAM INVESTIR EM 2016 É O MENOR EM CINCO ANOS, MOSTRA PESQUISA DA CNI
- SAIBA O QUE SÃO OS ACORDOS DE DUPLA TRIBUTAÇÃO E COMO PODEM BENEFICIAR A ECONOMIA
- METAIS BÁSICOS OPERAM EM ALTA, APÓS DADO DE VENDAS DE CARROS DA CHINA
- PAÍS TEVE ATÉ NOVEMBRO 9,126 MILHÕES DE DESEMPREGADOS, MAIOR NÚMERO DA PNAD
- 'BRASIL ATRAVESSA UMA TEMPESTADE PERFEITA'
- 6 EM 10 EMPRESAS MULTINACIONAIS BRASILEIRAS SOFREM DUPLA TRIBUTAÇÃO
- VENDAS DE AÇO REGISTRARAM QUEDA DE 11%
- OS ROBÔS ESTÃO CHEGANDO, MAS NÃO QUEREM ROUBAR SEU EMPREGO
- VOLVO VAI TROCAR CHAVE DE CARROS POR APLICATIVO EM 2017
- CÂMARA APROVA O ACORDO SOBRE A FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (BALI)

CÂMBIO EM 19/02/2016		
	Compra	Venda
Dólar	4,059	4,059
Euro	4,505	4,508

Fonte: BACEN

"Momento econômico exige racionalidade e equilíbrio", diz vice-presidente do TRT-PR

19/02/2016 – Fonte: TRT/PR

Em entrevista ao Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), a vice-presidente do TRT do Paraná, desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu, fez uma análise de como a crise econômica brasileira poderá refletir nas relações trabalhistas e dos sindicatos com as empresas.

"Pode acontecer que num momento de crise a primeira providência pensada pelo empresário seja romper os contratos, mas isso também gera um custo muito grande. É como estar navegando no mar revolto. Precisa de planejamento, estratégia, segurança, habilidade. Agora, tem sempre uma luz no fim do túnel, porque navegar no mar revolto significa uma travessia", afirma. Confira, abaixo, a entrevista completa.

Diante das demissões crescentes que estão ocorrendo em segmentos importantes da indústria, como se darão as negociações entre os sindicatos e as empresas?

Quando as empresas são afetadas, os trabalhadores também são afetados porque eles dependem da atividade econômica inclusive para poder manter os seus empregos, então nesse cenário de crise, o primeiro setor afetado realmente é o setor econômico e dentro dele as relações de trabalho.

Nesse cenário de crises, espera-se das lideranças sindicais e representações de trabalhadores muita habilidade para negociar com as empresas e resguardar os empregos sem esquecer dos direitos mínimos, sem acentuar mais ainda essa crise para o empregador. Realmente é uma situação delicada que exige muita habilidade.

Eu penso que nesse cenário de crise, querer avançar muito nas negociações, querer ir além do mínimo vai ser um pouco difícil para 2016. O mínimo é a manutenção do trabalho, pagamento em dia dos salários, reposição de perdas salariais, perdas inflacionárias e talvez no máximo manter benefícios historicamente conquistados.

Muito além disso, eu penso na minha perspectiva, que será difícil o sindicato poder exigir, então não é o momento para intolerância, para intransigência. Os acordos me parecem que devem contar com essa abertura, tanto do empresário como dos trabalhadores.

Não tenho dúvida de que a Justiça do Trabalho, no campo do Poder Judiciário, será afetada e a primeira a receber uma carga muito maior de demanda tanto individuais decorrentes da falta de cumprimento, não deliberado pelos empregadores, quanto pelas dificuldades que os empregadores vêm enfrentando.

Como a Justiça do Trabalho está à frente dessas questões, haverá um aumento grande de demandas tanto de ações individuais, como ações coletivas. O grande problema é que o Poder Judiciário não está preparado adequadamente para receber todo esse aumento que se espera de demanda.

O Estado, por sua vez, se mostra sem recursos para dar suporte a essa tarefa. Logo, nós teremos que contar com a estrutura atual e teremos que tentar dar vazão a esse aumento de demanda.

Quando falo de dissídio coletivo, eu gosto de lembrar e acentuar muito o papel institucional dos sindicatos que é fundamentalmente o papel de negociar. Existem outros papéis, outras atribuições, mas a razão fundamental institucional dos sindicatos

é promover a negociação. Então, espera-se que os sindicatos também assumam esse papel de, por todos os meios, tentar essa negociação e espera-se que eles tenham plena consciência desse papel e do bem comum que eles conseguem.

Na sua opinião, diante da crise econômica enfrentada no Brasil, como as empresas devem se posicionar na preservação dos vínculos de emprego?

O momento de tensão sempre gera preocupação e um certo descontrole. É muito difícil se manter equilibrado numa fase como essa, mas me parece que, exatamente nesse momento, se exige mais racionalidade e mais equilíbrio.

Se por um lado ele dificulta a racionalidade e o equilíbrio, por outro é o momento que mais vai exigir racionalidade e equilíbrio. É como estar navegando no mar revolto. Precisa de planejamento, estratégia, segurança, habilidade. Agora, tem sempre uma luz no fim do túnel, porque navegar no mar revolto significa uma travessia.

É muito difícil ter serenidade num momento de crise, ter racionalidade, planejar e não permitir que o descontrole, o desequilíbrio possa gerar débitos acumulados lá na frente.

Pode acontecer que num momento de crise a primeira providência pensada pelo empresário seja romper os contratos, mas isso também gera um custo muito grande. Toda a rescisão contratual gera um custo alto, e toda a rescisão contratual implica na redução da capacidade de produção da empresa e na sua competitividade.

Tudo isso tem que ser muito bem pensado. Às vezes, é melhor adotar vias alternativas ao invés de reduzir postos de trabalho. A nossa legislação oferece a negociação coletiva, instrumento capaz de contemplar mecanismos, como por exemplo, a redução de salário. A própria Constituição Federal permite que se reduza salário sempre com alguma compensação para o trabalhador: reduz salário ao mesmo tempo que reduz jornada de trabalho.

Existe também outra opção que a própria CLT contempla, que são os contratos por tempo parcial: contrato com carga horária menor e pagamento de salário proporcional. Penso que há alguns mecanismos que a empresa pode adotar, sempre lembrando que a questão de redução do salário deve ser negociada com o sindicato, que vai avaliar a real necessidade dessa redução e as reais condições da empresa.

Sobre a legislação, a senhora acredita que a CLT atende a esse cenário que trabalhadores, empresas e sindicatos vêm enfrentando diante dessa crise econômica?

A legislação nacional estabelece um patamar mínimo de direitos aos trabalhadores, tanto na Constituição Federal como na CLT e em outras leis. Naturalmente esse mínimo deve ser preservado em respeito ao princípio do não retrocesso social. Em alguns aspectos a CLT deve ser atualizada em virtude de conter dispositivos que não se coadunam com o texto da Constituição.

Já vem ocorrendo flexibilização de direitos trabalhistas há muito tempo e com grande profundidade. Exemplos são a jornada extraordinária de trabalho sem o pagamento de horas extras, com os acordos de compensação e o banco de horas; a possibilidade de redução do salário por negociação coletiva; os mecanismos de proteção ao emprego que vêm sendo implementados por meio da interpretação de juízes e tribunais.

A CLT prevê a possibilidade dos contratos por tempo parcial, que é uma saída interessante para a crise. Em época de crise, flexibilizar exige sindicatos extremamente preparados e trabalhadores plenamente conscientes de seus direitos,

o que ainda é uma realidade não atingida no Brasil. Exige, também, empresas dispostas a aceitar margens menores de lucros, muita transparência nas negociações e vontade de se manter no mercado, mas respeitando os direitos mínimos

Simples Nacional: STF suspende o novo ICMS das vendas interestaduais realizadas por optantes

19/02/2016 – Fonte: COAD

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar para suspender a eficácia da cláusula nona do Convênio ICMS 93/2015, que dispõe sobre os novos procedimentos a serem observados pelos optantes do Simples Nacional nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade federada, inclusive àquelas realizadas de forma não presencial (internet, telemarketing ou showroom).

Com a suspensão da eficácia do dispositivo, as novas regras de partilha do ICMS nas vendas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, vigentes desde 1-1-2016, deixam de ser aplicadas nas operações e prestações realizadas por optantes pelos Simples Nacional até o julgamento final da ação.

A medida cautelar, a ser referendada pelo Plenário do STF, foi deferida na [Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.464/2016](#), ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com a decisão, o pretexto de regulamentar as normas introduzidas pela Emenda Constitucional 87/2015, que é atribuição exclusiva de Lei Complementar, incorre em patente vício de inconstitucionalidade.

Brasil e Argentina anunciam acordo no setor automotivo 'no longo prazo'

19/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Os governos argentinos e brasileiros fecharão um acordo de livre comércio no setor automotivo “no longo prazo”. O anúncio foi feito na manhã desta quinta-feira (18) após reunião em Buenos Aires entre os ministros Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Francisco Cabrera (Produção).

A liberação total das transações no segmento dependerá do cumprimento de algumas condições, como a integração da produção. A tendência é que ela se dê com os países produzindo modelos diferentes. “Um dos mecanismos que têm tido sucesso é o das plataformas especializadas”, disse Cabrera.

Não foi fixada uma data para a conclusão do acordo. A intenção, porém, é que a integração ocorra o mais rápido possível.

“Disse longo prazo no sentido de que se tem que cumprir uma série de condições. Espero que [o prazo] seja o mais curto possível”, afirmou o ministro argentino. “Queremos um horizonte de médio prazo”, acrescentou o brasileiro.

Monteiro e Cabrera também negociaram medidas para melhorar o comércio bilateral, que registrou sua primeira queda em 2012 e, desde então, já recuou 42%. O tratado ajudaria a indústria brasileira, que sofre com a recessão e registrou queda de 38,8% nas vendas em janeiro de 2016 na comparação com o mesmo mês do ano passado. O número de funcionários recuou 10,2% no mesmo período.

A Argentina, no entanto, teme uma invasão de produtos brasileiros, que ganharam competitividade em 2015 com a desvalorização do real. A intenção do governo é proteger as empresas instaladas no país e os empregos.

Hoje, os países têm um acordo limitado de isenção de impostos. Para cada US\$ 1,5 em peças e carros vendidos para a Argentina, o Brasil precisa comprar US\$ 1. Esse tratado, no entanto, vencerá em 30 de junho.

Medo de uma nova crise global assombra os mercados internacionais

19/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Os mercados começaram o ano assustados – e ninguém consegue apontar uma única e grande razão para isso. Aparentemente, os investidores ligaram as pontas de vários fenômenos, novos ou nem tanto, e concluíram que a economia mundial voltou a ser um lugar perigoso para se investir. Some-se a isso o potencial explosivo dos movimentos de especuladores e está feito o estrago.

Alguns veem o risco de uma crise financeira tão grave quanto a de 2008/09. Não seria tão surpreendente. Os trilhões de dólares e euros que os governos injetaram no setor financeiro para evitar uma quebra generalizada impediram que a crise cumprisse seu papel de depurar o sistema, e hoje ninguém sabe quantos bancos-zumbis estão por aí, nem que títulos podres eles escondem em seus balanços.

Não há uma cadeia de acontecimentos perfeitamente interligados, mas dois movimentos acompanhados de perto pelo menos desde 2014 – a desaceleração da China e a queda dos preços do petróleo – aparecem no início de boa parte das tentativas de explicação da queda das bolsas e da piora das projeções para a economia real.

O que mais chama atenção é a reação da economia global à baixa dos preços do combustível fóssil. No passado, petróleo barato era sinônimo de redução nos custos de transporte e produção. Hoje, o lado ruim da queda das cotações – suspensão de investimentos, falência de fornecedores e queda na arrecadação – parece pesar mais.

O mau humor chegou a tal ponto que até os juros negativos, no Japão e na Europa, foram mal recebidos. A percepção é de que eles são uma espécie de última tentativa de reanimar a economia. Se falharem, ninguém sabe o que fazer depois. Veja a seguir os principais “medos” dos mercados mundiais:

CHINA FREANDO

Dona de 17% do PIB mundial, a economia chinesa cresce cada vez menos. Depois de décadas apostando no investimento e nas exportações, o país tem capacidade produtiva de sobra e tenta se voltar para o consumo doméstico, em uma transição das mais acidentadas.

A pouca transparência das estatísticas só aumenta as dúvidas sobre o tamanho da freada; alguns indicadores sugerem que a situação é mais grave que a apresentada pelo PIB oficial.

Com a bússola quebrada, o mundo treme a cada tombo do mercado de ações chinês ou relaxa ao mais tênue sinal de que o governo local prepara medidas para estimular a economia. Mas o sentimento predominante, de 2015 para cá, é mais pessimista que otimista.

PETRÓLEO BARATO

Se a China pisa no freio, o mundo também vai mais devagar. Assim, cai a demanda por matérias-primas, e o preço delas. O curioso, no caso do petróleo, é que a produção não parou de crescer. Insanidade das petroleiras?

Não exatamente. Liderados pela Arábia Saudita, grandes exportadores viram na queda das cotações uma chance de minar a "revolução do xisto", que reduziu a dependência norte-americana de combustíveis importados. Mas a estratégia – que ajudou os preços a cair 70% em um ano e meio – não vai durar para sempre.

A queda da renda petroleira esfarelou economias como as da Venezuela e da Rússia. Nesta semana, esses países e também a Arábia Saudita e o Catar concordaram em congelar a produção, para "equilibrar o mercado".

BANCOS DOENTES

A queda das cotações do barril derruba as receitas de petroleiras e países produtores e compromete a expansão dessa indústria. Segundo a consultoria britânica Wood Mackenzie, em 2015 foram suspensos ou cancelados 68 grandes projetos, avaliados em US\$ 380 bilhões.

Neste ano, esse cenário começou a afetar bancos, não só porque eles financiaram petroleiras e fornecedores que podem dar calote, mas porque carregam montanhas de ações e títulos vinculados ao petróleo – fundos soberanos de países exportadores, que estariam liquidando ativos para levantar dinheiro, estão entre os suspeitos pela derrocada das bolsas nas últimas semanas.

Em efeito comum nos momentos de pânico, a desconfiança despertou uma série de temores adormecidos sobre a saúde financeira dos bancos.

EMERGENTES SUBMERGINDO

Como ninguém esperava grande coisa de emergentes como a Rússia e o Brasil, eles aparecem mais como vítimas da turbulência do que como culpados por ela. O Brasil já colecionava problemas (PIB em retração, desemprego e inflação em alta, rombo nas contas públicas), causados mais por questões internas que pelo fim do superciclo das commodities.

Mas a situação piorou com a continuidade da queda do barril, que aprofundou o corte de investimentos da Petrobras. E o eventual agravamento do mercado externo cortaria o fio de esperança representado pelas exportações, que têm a alta do dólar como estímulo.

RECESSÃO AMERICANA

O tombo dos mercados financeiros reacendeu o temor de recessão nos Estados Unidos, algo fora do radar até poucos meses atrás, e esse medo realimentou as perdas das bolsas mundo afora.

Pesquisa do *Wall Street Journal* com economistas indicou que a chance de recessão no país chegou a 21% – ainda pequena, mas a maior desde 2012. Uma série de indicadores têm causado apreensão, entre eles os resultados empresariais: a Thomson Reuters estima que os lucros das companhias reunidas no índice S&P 500 recuaram 4% no último trimestre de 2015.

Nesse contexto, até a leve alta dos juros de dezembro, a primeira em quase uma década, passou a ser vista como prejudicial.

Paraná e outros quatro estados se colocam contra a CPMF

19/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Cinco estados brasileiros, entre eles o Paraná, são contrários à recriação da CPMF, o chamado imposto do cheque. Em reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) nesta quinta-feira (18), representantes das secretarias de Fazenda de todo o país discutiram esse e outros assuntos com impacto nas finanças dos estados.

“Acreditamos que o governo precisa trabalhar em reformas estruturantes, de longevidade”, defendeu o secretário de Fazenda do Mato Grosso, Paulo Brustolin. Os outros quatro Estados contrários são: Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

A equipe econômica da presidente Dilma conta com a retomada do imposto para reforçar o seu caixa, num ano de retração econômica certa e queda nas receitas. “O governo terá de trabalhar muito no diálogo para conseguir a aprovação dessa medida”, disse Brustolin.

Renato Villela, secretário da Fazenda de São Paulo, afirmou ser contrário à volta do imposto, mas que, se retomado, deverá ser distribuído também entre os estados, proporcionalmente aos gastos de cada ente com previdência.

Dívida

Outro assunto na pauta dos secretários é a do alongamento da dívida dos Estados e municípios. Um grupo de trabalho composto por cinco secretários -de Goiás, São Paulo, Alagoas, Paraná e Roraima- vai se reunir com representantes do Ministério da Fazenda para costurar a proposta. A primeira reunião será na próxima semana.

Está na mesa a proposta de alongar em dez anos o prazo de pagamento das dívidas com a União, para aliviar o caixa de Estados e municípios, que, no geral, estão com sérios problemas de endividamento.

Em contrapartida, o governo federal deverá exigir leis estaduais de controle mais rígido de gastos.

Segundo Villela, a medida deve ter um impacto negativo no resultado primário do governo central -diferença entre receitas e despesas não financeiras-, pois esses repasses para a União contam para formar a poupança do governo para abater os custos da dívida pública.

Villela defende também que a União deve se comprometer em segurar o aumento de gastos com custeio, como pagamento de funcionários públicos. Os secretários também reclamam do atraso no repasse da União de recursos do Fundo de Exportação. Os estados estão à espera de R\$ 1,9 bilhão referentes ao fundo. Só o Mato Grosso, maior exportador de soja do país, espera o repasse de R\$ 450 milhões.

Usiminas fecha 2015 com prejuízo de R\$ 3,7 bilhões

19/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Em meio a um cenário de crise na siderurgia brasileira, a Usiminas divulgou nesta quinta-feira (18) que teve um prejuízo líquido de R\$ 3,7 bilhões em 2015 frente a um lucro de R\$ 208 milhões em 2014.

No quarto trimestre de 2015, a companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 1,6 bilhão frente a um prejuízo de R\$ 1,04 bilhão no trimestre anterior – uma alta de 56% – e prejuízo de R\$ 117 milhões no mesmo período de 2014.

O resultado do quarto trimestre foi pior do que o esperado pelos analistas de mercado, que estimavam um prejuízo entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões no período.

Na teleconferência com investidores, nesta manhã, o diretor vice-presidente de Finanças e relações com investidores, Ronald Seckelmann, disse que existe um consenso entre os principais acionistas para um aumento de capital na Usiminas, mas ainda não se sabe de que forma isso será feito.

“Há um consenso entre os acionistas majoritários que é necessária uma injeção de recursos na empresa. A maneira mais adequada para fazer esse aporte está sendo analisada. Entre as alternativas, estão um aporte dos controladores, um empréstimo dos próprios acionistas ou entre empresas”, explicou o vice-presidente, que disse que o equacionamento da dívida da empresa que vence este ano (cerca de R\$ 1,9 bilhão) também está sendo discutido no mesmo contexto, junto com os bancos credores.

Ele disse que os credores não estão condicionando um alongamento da dívida com o aporte de recursos na empresa.

Disputa

Além da redução da demanda interna por aço, desde o final de setembro, a Usiminas está no centro de uma disputa de poder entre os principais controladores, os japoneses da Nippon Steel e os argentinos da Ternium, o que vem prejudicando a gestão da companhia, segundo analistas.

Plano estratégico

De acordo com a Bloomberg, o plano estratégico da Usiminas para 2016 tem foco na adequação dos desembolsos financeiros à realidade econômica mais desafiadora. O plano prioriza geração de caixa operacional e a administração do capital de giro e de investimentos. A proposta prevê aumento de capital social, diz a empresa, sem detalhar valores.

A Usiminas também fará alongamento dos prazos e renovação das dívidas financeiras com vencimento em 2016, por meio de renegociação dos principais contratos, segundo o comunicado.

Na quarta-feira, durante reunião do conselho de administração, os argentinos vetaram um aporte de R\$ 1 bilhão que os japoneses propuseram fazer na siderúrgica como forma de reestruturar as dívidas e evitar que a Usiminas seja obrigada recorrer a um pedido de recuperação judicial.

De acordo com comunicado divulgado pela companhia, o resultado foi afetado principalmente pelo reconhecimento da redução do valor contábil de ativos (impairment), que totalizou R\$ 1,6 bilhão, no quarto trimestre.

No ano de 2015, as baixas contábeis dos ativos totalizaram R\$ 2,6 bilhões. Segundo a empresa, as baixas contábeis não têm efeito no caixa da empresa, que estava em R\$ 2 bilhões ao final do ano de 2015.

“A companhia apresentou prejuízo líquido principalmente devido ao impairment de ativos no valor de R\$ 1,6 bilhão, bem como ao menor desempenho operacional das unidades de siderurgia e mineração e transformação do aço e das maiores despesas

financeiras de R\$ 1,2 bilhão em 2015, em função da desvalorização cambial de 47% no ano”, diz o comunicado da empresa.

Caixa

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou negativo em R\$ 1,82 bilhão, frente ao resultado positivo de R\$ 291 milhões no quarto trimestre do ano anterior. No terceiro trimestre, o Ebitda já tinha sido negativo em R\$ 97 milhões, o que segundo analistas mostra a dificuldade de geração de caixa da empresa.

No ano, houve redução do valor contábil dos ativos na unidade de mineração, no valor de R\$ 2,1 bilhões, na siderurgia (principalmente nas coquearias de Cubatão) no valor de R\$ 357,2 milhões e na transformação do aço no valor de R\$ 56,7 milhões.

Outros efeitos extraordinários também influenciaram o resultado, segundo a empresa, tendo sido reconhecidos no quarto trimestre. Entre eles, estão as provisões de despesas relacionadas aos desligamentos trabalhistas na usina de Cubatão (R\$ 93,8 milhões) e de despesas relacionadas à renegociação do contrato de transporte de minério entre a Mineração Usiminas e a MRS (R\$ 163 milhões).

Ao final de 2015, a dívida bruta da empresa estava em R\$ 7,9 bilhões frente aos R\$ 8,1 bilhões registrados no final do trimestre anterior, representando uma queda de 2,8% em razão de amortizações e de uma valorização de 1,7% do real frente ao dólar nos últimos três meses do ano, o que impactou diretamente a parcela da dívida em moeda americana, que corresponde a 47% do total. Ao final de 2014, a dívida da empresa era de R\$ 6,7 bilhões.

Perdas cambiais

A companhia também teve um aumento de suas despesas financeiras, em 2015, que chegaram a R\$ 1,2 bilhão em função da desvalorização cambial de 47% do real no ano passado. Em 2014, as despesas financeiras foram de R\$ 522,8 milhões. As perdas cambiais foram de R\$ 1,1 bilhão em 2015 frente aos R\$ 193,1 milhões registrados em 2014.

“No ano de 2015, a receita líquida foi de R\$ 10,2 bilhões, contra R\$ 11,7 bilhões em 2014, em função de menores volumes de vendas de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas unidades de negócio da companhia, com exceção da unidade de bens de capital que teve sua receita líquida aumentada em 9,4% no período”, informa comunicado da empresa.

Da receita total, 21% das exportações. No terceiro trimestre do ano passado, as exportações responderam por 27% das receitas.

O volume de vendas de vendas de aço da Usiminas caiu em 2015 em relação ao ano anterior. Em 2014, foram vendidas 5,5 mil toneladas de aço e no ano passado a quantidade caiu para 4,9 mil toneladas, redução de 11%.

Em relação às vendas de minério de ferro, houve uma redução de 33% em relação ao ano anterior. Em 2015, as vendas do produto encolheram para 3,7 mil toneladas frente às 5,6 mil toneladas vendidas em 2014.

Confaz vai recorrer de decisão que livrou pequenas empresas de nova regra de ICMS

19/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) decidiu pedir revisão da decisão cautelar do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que livrou pequenas empresas de seguirem as novas regras de cobrança do ICMS para comércio eletrônico.

O tema vem gerando um embate entre os secretários de Fazenda dos Estados e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Após reunião extraordinária, membros do Confaz vão ao gabinete de Toffoli no início da noite desta quinta-feira (18).

Válido desde janeiro deste ano, um convênio do Confaz que trata do tema define que a tributação de ICMS em vendas do comércio eletrônico dever ser compartilhada entre os Estados de origem e de destino do produto. Pequenos empresários reclamavam de aumento da burocracia e elevação da tributação.

Na quarta-feira (17) Toffoli concedeu liminar a uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que defendia a inconstitucionalidade da mudança.

No principal argumento, justificava que a nova norma feria a diferenciação constitucional das empresas optantes pelo Simples. A instituição também argumentou que a nova regra tornaria inviável a atuação de pequenos negócios.

O presidente do Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda (Consefaz), André Horta, reclamou que os secretários não foram ouvidos antes da decisão de Toffoli. Para ele, a medida do Confaz não fere a constituição. "Respeitamos a decisão do Supremo, mas nossa opinião é diferente", disse.

O secretário de Fazenda de Pernambuco, Márcio Stefani, também critica a decisão do ministro do Supremo. "A suspensão da regra é negativa, porque você cria duas qualidades de empresas. As grandes empresas terão que pagar o ICMS (compartilhado) e as pequenas, não", ressaltou.

Para o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a decisão do ministro é uma vitória mais que preliminar, já que antecipa o mérito que será levado para o veredicto final. "É muito difícil reverter essa decisão", avaliou.

Em entrevista, Afif partiu para o ataque e disse que o Confaz atua para prejudicar o Simples. "O Confaz é um contumaz inimigo do Simples e sempre que tem uma oportunidade de puxar o tapete do Simples, vai fazer isso", afirmou.

Afif aceita que a tributação seja partilhada entre os estados de origem e destino, desde que o Confaz crie regras menos burocráticas.

"O sistema de emissão de nota em cada Estado é de chorar. Em plena era digital, eles têm um sistema medieval de recolhimento. O processo deveria ser simples, com a nota fiscal eletrônica", disse.

Camex altera alíquotas de importação de alumínio não ligado

19/02/2016 – Fonte: Em.com

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) criou o ex-tarifário 'alumínio não ligado, na forma de lingotes padrão, sow ou T-bar', cujo Imposto de Importação terá alíquota zero.

A decisão altera resolução de 2014 que incluiu 'alumínio não ligado' na Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul, à época com tarifa zero de importação.

Agora, com a determinação desta sexta, 19, o Imposto de Importação desse item será de 6%. As mudanças estão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

74% das empresas brasileiras investiram em 2015, revela CNI

19/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O cenário de atividade econômica em queda e aperto financeiro impactou os investimentos da indústria brasileira. Pesquisa divulgada nesta quinta-feira, 18, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, em 2015, apenas 74% das empresas investiram, o menor percentual desde 2010, quando tem início a série histórica. Em 2014, 81% das indústrias pesquisadas registraram investimentos.

Para 2016, o número de industriais que pretendem investir é ainda menor: 64%, também a menor intenção de investimentos da série. No início do ano, 76% dos entrevistados indicaram intenção de investir no ano seguinte - o número de quem efetivamente investiu acabou ficando 2 pontos percentuais abaixo desse patamar.

No ano passado, porém, 58% das empresas não cumpriram os planos de investimento conforme planejado. "A principal razão apontada para a frustração dos planos de investimento foi a incerteza econômica", aponta a entidade. Dos entrevistados, 92% indicaram a incerteza econômica, 65% assinalaram a demanda e 41% destacaram ainda o custo do crédito entre as razões para o baixo investimento.

A maioria (67%) destinou os aportes à continuação de projetos em andamento. Do total que investiu, 86% adquiriram máquinas e equipamentos. Os aportes foram principalmente para reduzir custos e aumentar competitividade (45%).

Para 2016, 67% das empresas pretendem investir na continuação de projetos em andamento. Das empresas que planejam investir, 92% pretendem adquirir máquinas e equipamentos, o menor percentual desde 2010. Dessas, 42% planejam comprar menos máquinas e equipamentos do que em 2015.

Com a demanda doméstica em baixa, cresceu a orientação do investimento para atender o mercado externo. Das empresas que pretendem investir, 62% tem o foco no mercado doméstico, ante 68% no ano passado.

Passou de 25% para 31% o percentual com investimentos orientados igualmente para o mercado doméstico e externo e a fatia de empresas com foco apenas no mercado externo se manteve em 7%.

Há expectativa de grande ociosidade neste ano - 90% dos entrevistados acreditam que a capacidade instalada atual está adequada para atender a demanda prevista.

A pesquisa da CNI foi feita com indústrias de grande porte (com mais de 250 empregados), que, de acordo com a entidade, são as responsáveis pela maior parte do investimento nacional.

Usiminas prepara plano de injeção de capital

19/02/2016 – Fonte: Em.com



Versão detalhada de um plano de injeção de dinheiro na Usiminas prevê novas possibilidades como o adiantamento de recursos para futuro aumento de capital na companhia mineira, acesso ao caixa de empresas ligadas a ela e apuração de créditos certos que tem a receber.

As propostas e a definição do volume de capital viável para cada uma delas serão apresentadas pela diretoria aos acionistas na primeira semana de março, informou ontem o presidente da Usiminas, Rômel Erwin de Souza.

A despeito das desavenças entre os principais sócios – o conglomerado japonês Nippon Steel & Sumitomo e o grupo ítalo-argentino Ternium/Techint – a decisão deles é de negociar uma saída, diante do prejuízo líquido de R\$ 1,627 bilhão apresentado pela siderúrgica no quarto trimestre do ano passado, quase 14 vezes superior ao registrado em idêntico período de 2014, de R\$ 117 milhões.

As soluções em estudo para a recuperação da empresa, segundo o presidente da Usiminas, envolvem a continuidade dos programas de redução de custos já implementados e estão apoiadas na predisposição dos bancos credores de participar da reestruturação financeira. As rodadas de conversas com as instituições financeiras começaram em meados de 2015. A empresa tem dívidas vencendo neste ano de R\$ 1,920 bilhão.

As medidas afastariam as pressões sobre um eventual pedido de recuperação judicial. “Isso não faz parte da nossa solução. Seria impensável. Nossa responsabilidade é com a continuidade do negócio e temos de entender a importância desta empresa para Minas Gerais e o Brasil”, afirmou Rômel Erwin, em entrevista ao **Estado de Minas**.

A situação da companhia, também afetada por uma dívida total superior a R\$ 7 bilhões, foi discutida recentemente pela diretoria em encontro com o governador de Minas, Fernando Pimentel.

A expectativa, diante da representatividade da siderúrgica na geração de emprego e renda no Vale do Aço mineiro e como arrecadadora de impostos para os cofres estaduais, é da ajuda institucional do Palácio Tiradentes tanto junto aos bancos quanto na estratégia que tem sido adotada pela indústria siderúrgica, em crise, de sensibilizar a União por medidas de proteção de mercado do setor.

Durante a apresentação aos analistas de bancos e corretoras dos resultados do ano passado, em que a Usiminas amargou prejuízo líquido de R\$ 3,6 bilhões, o presidente da Usiminas procurou ressaltar a influência de efeitos extraordinários sobre o balanço.

O prejuízo do quarto trimestre refletiu o chamado impairment dos ativos da companhia, a redução do valor contábil de seus ativos de mineração (Usiminas Mineração) e siderurgia; provisões de despesas relacionadas às demissões na usina de Cubatão (SP) e referentes ao acordo para transporte de minério de ferro feito pela MRS Logística, concessionária dos trilhos da extinta Rede Ferroviária Federal.

O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, o chamado Ebitda ajustado, ficou negativo em R\$ 249,9 milhões no quarto trimestre, em razão, sobretudo, da queda dos preços do aço e do volume de vendas de minério de ferro.

O presidente da Usiminas destacou que não fossem esses efeitos, o resultado teria sido positivo em R\$ 57 milhões, ante a geração negativa de caixa de R\$ 65,3 milhões no terceiro trimestre do ano passado.

Na área da siderurgia, ações em busca de melhorias operacionais somaram R\$ 50 milhões ainda de outubro a dezembro de 2015. Do ponto de vista operacional, as vendas totais de produtos siderúrgicos somaram 1,2 milhão de toneladas, representando aumento de 2,2% ante o terceiro trimestre de 2015.

As vendas no mercado interno foram de 882,1 mil toneladas, aumento de 17,4% na base de comparação trimestral, em decorrência da demanda maior atendida nos segmentos da construção civil e da distribuição de aço. A receita de vendas, que alcançou R\$ 2,404 bilhões, caiu, no entanto, 7% em relação ao quarto trimestre de 2014.

Fonte ligada à companhia ouvida pelo **EM** destacou, ontem, que a novidade na reunião de quarta-feira dos representantes do bloco de controle da Usiminas e do Conselho de Administração foi a posição dos principais acionistas, em conflito, de negociar uma saída para a companhia.

"A capitalização da Usiminas é apenas um dos itens. A solução passa por um conjunto de medidas, inclusive a continuidade das reduções de custos numa nova versão do plano de reestruturação da companhia que foi aprovado no ano passado pelos sócios", diz a fonte.

Nissan nega acusação de desrespeito às leis trabalhistas nos Estados Unidos

19/02/2016 – Fonte: A Tarde

A Nissan, em resposta à manifestação de trabalhadores ocorrida no Centro do Rio, pela manhã desta quinta-feira, afirmou que "respeita as leis trabalhistas" e mantém contato com sindicatos nas localidades onde estão instaladas suas fábricas, no mundo todo.

A acusação contra a empresa é de perseguição a sindicalistas do Mississipi, nos Estados Unidos, e submissão dos funcionários do Estado norte-americano a condições desumanas de trabalho.

Representantes da CUT e da Força Sindical promoveram o protesto contra a empresa em frente à sede do comitê organizador dos Jogos Olímpicos, o Rio 2016, com o argumento de que uma patrocinadora das Olimpíadas não deveria desrespeitar as leis

trabalhistas. A manifestação foi convocada pelo sindicato do setor automobilístico nos Estados Unidos, o UAW.

Em nota, a empresa afirmou que "oferece excelentes benefícios, um ambiente de trabalho que ultrapassa os parâmetros definidos pela indústria".

Sindicalistas protestam no Rio contra condições de trabalho da Nissan nos EUA

19/02/2016 – Fonte: EM.com

Cerca de 50 sindicalistas do setor automobilístico se reuniram em frente à sede do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016, no centro do Rio, para manifestar indignação às condições de trabalho na fábrica da japonesa Nissan instalada no Mississippi, nos Estados Unidos. A empresa é uma das patrocinadoras dos jogos olímpicos.

Sobre as condições de trabalho no Brasil não há queixas, disse o diretor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) Waldir Freire Dias. "Por estar há pouco tempo em Resende (RJ), a Nissan mantém conversa com os sindicatos. Mas, nos Estados Unidos, a situação é bem diferente. Uma empresa que se coloca como patrocinadora de um evento internacional, como as Olimpíadas, precisa se posicionar sobre como trata os seus funcionários", afirmou Dias.

A denúncia é que, nos Estados Unidos, a montadora persegue sindicalistas e não reconhece as reivindicações dos trabalhadores. A entidade sindical no país, United Auto Workers Union (UAWU), que convocou a manifestação no Rio, acusa a Nissan de obrigar funcionárias do Mississippi a usar fralda geriátrica para evitar a ida ao banheiro e, com isso, e a interrupção do trabalho.

"Não somos contrários aos investimentos da Nissan ou às Olimpíadas. Estamos protestando pelos trabalhadores. Queremos que a Nissan respeite as leis trabalhistas", disse Dias. A manifestação reuniu representantes sindicais da CUT e da Força Sindical. Não participaram, no entanto, representantes do sindicato do município de Resende, que, segundo o diretor da CNM, estavam reunidos pela manhã com a diretoria da montadora, no município fluminense.

Indústria paulista elimina 14,5 mil vagas em janeiro, diz Fiesp

19/02/2016 – Fonte: EM.com

As notas enviadas anteriormente possuem uma incorreção. O número correto de corte de vagas em janeiro com relação a janeiro de 2015 é de um total acumulado de 253 mil, e não 253 postos como foi publicado. Segue texto corrigido.

A indústria paulista eliminou 14,5 mil vagas de emprego em janeiro de 2016 em relação ao nível de dezembro de 2015, informou nesta quinta-feira, 18, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A diminuição representa uma queda de 0,36% no nível de emprego na passagem de um mês para outro, no cálculo sem ajuste sazonal. Na comparação com janeiro de 2015, um total acumulado de 253 mil postos de trabalho foi cortado.

"Começamos 2016 com os dois pés esquerdos", afirmou Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp e do Ciesp (Depecon). Ele ressaltou que janeiro é normalmente um mês de crescimento do emprego. Na variação acumulada de 12 meses, a queda foi de 7,89%. "O Brasil", diz Francini, "vai ter que

se acostumar em 2016 a ouvir 'o pior da história'. "Desde 1900 não temos crise tão grave, que vai produzir efeitos nunca antes vistos."

Dos 22 setores pesquisados, 14 tiveram saldo negativo de vagas. Em apenas cinco deles houve mais contratações que demissões, e três ficaram estáveis. Entre os positivos, destacaram-se os setores de Couro e Calçados, com saldo de 1.424 vagas. Apesar disso, Francini alerta que esse número tem que ser visto com cautela. "É preciso esperar algum tempo para saber se não é algo efêmero", disse.

Empresas de Açúcar e Alcool foram responsáveis por dois terços da redução no emprego (4.820 vagas a menos). Isso contribuiu para que o setor de Produtos Alimentícios fosse o que mais demitiu (6.079 vagas eliminadas).

Metalurgia (corte de 2.223 postos) vem a seguir, com demissões concentradas em Cubatão, dando a essa região o pior desempenho no mês, com variação negativa de 8,85% no nível de emprego. Jacareí, com queda de 6,7%, fica em segundo.

Das 36 regiões do Estado analisadas, 24 tiveram variação negativa no índice de emprego em janeiro, 3 ficaram estáveis e 9 contrataram mais do que demitiram.

Sindimoc entra com pedido de dissídio coletivo no TRT

19/02/2016 – Fonte: Paraná Online



O Sindicato dos Motoristas e Cobradores de ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) protocolou na quarta-feira pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR), com objetivo de buscar mediação para a negociação salarial da categoria.

Segundo o Sindimoc, o sindicato patronal (Setransp) recusou a contraproposta de acordo elaborada e aprovada pelos motoristas e cobradores em assembleia no último dia 1º de fevereiro.

Segundo o presidente do Sindimoc, Anderson Teixeira, com o dissídio, a intenção é evitar uma nova greve de ônibus na capital paranaense. Ele entende que este é o último recurso, tanto referente à negociação quanto para garantir o pagamento salarial em dia.

Os trabalhadores pedem 11% de reajuste salarial, ponto em que há concordância com o Setransp. A assessoria de imprensa do sindicato patronal informou que o único impasse em relação à questão se refere ao vale-alimentação, que atualmente é de R\$ 415.

Os motoristas e cobradores pedem R\$ 500 e as empresas de ônibus oferecem R\$ 460. O Setransp informou que irá esperar a audiência marcada no TRT-PR para dar sequência às negociações e evitar prejuízos à população.

Polaris bate recorde e cresce 15% em 2015

19/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A **Polaris** alcançou recorde de venda de quadriciclos no Brasil em 2015, com 920 unidades e crescimento de 15% em relação ao ano passado. “A alta foi motivada pelo sucesso da linha RZR, formada por modelos entre R\$ 65 mil e R\$ 120 mil”, afirma o gerente de marketing da empresa, Paulo Brancaglioni.

Ele explica que tem havido migração de compradores dos quadriciclos convencionais, em que o carona vai atrás do piloto, para modelos com banco do passageiro ao lado do condutor, como num carro.

Boa parte das unidades foi comprada por pessoas que se empolgaram com o bom desempenho dos RZR, que têm até versão com motor turbo de 925 cc e 141 cavalos. “Muitos acabam entrando em competições.”

Para 2016, porém, Brancaglioni prevê queda de 20% nas vendas em relação ao ano passado por causa da alta dos preços. “Seguramos ao máximo, mas sabemos que um reajuste de 15% acaba impactando as vendas, mesmo para nosso público.”

Os veículos Polaris são trazidos dos Estados Unidos e também do México. Neste caso são beneficiados pelo acordo automotivo com aquele país. A Polaris tem 25 revendas no Brasil, três delas em São Paulo e as demais espalhadas por outros 13 Estados, mais o Distrito Federal.

Indian cancela abertura de novas revendas

19/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A queda no mercado de motos fez a Indian adiar a abertura de novas concessionárias e manterá até o fim do ano apenas as quatro já inauguradas. Porém, ainda espera vender 800 motos no Brasil em 2016, mesmo volume estimado no segundo semestre do ano passado, quando iniciou a produção e venda no Brasil.

“Ainda vamos decidir onde abrir, em 2017, as duas próximas. Uma será no Nordeste e outra no Sul. Quando houver uma sétima será em Goiás ou em Brasília (DF)”, afirma o diretor-geral da marca, Rodrigo Lourenço.

As quatro casas já abertas ficam nas capitais São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Florianópolis. "As vendas estão dentro do esperado, num volume crescente depois do Salão Duas Rodas. Desde o começo da operação já repassamos à rede cerca de 200 motos", revela o diretor-geral.

Desde novembro há três modelos disponíveis: Scout, com motor refrigerado a líquido de 1.100 cc e tabela de R\$ 49.990, Chief Classic e Chief Vintage, estas duas com um baía 1.800 cc arrefecido a ar e óleo e preços, respectivamente, de R\$ 79.990 e R\$ 89.990. Elas vêm sendo montadas em Manaus (AM) dentro da fábrica da Dafra.

Ducati, BMW, KTM e MV Agusta também estão abrigadas nesse mesmo teto. "É a melhor opção enquanto não temos volume", diz Lourenço.

As Indian vêm desmontadas dos Estados Unidos e recebem como itens nacionais pouca coisa além dos pneus. A marca nasceu em 1901. Mudou de mãos mais de uma vez.

Desde 2011 pertence à empresa Polaris, que já revendia no Brasil seus quadriciclos fabricados nos EUA e México e queria um pedaço do mercado de motos de alta cilindrada, que vinha crescendo até 2014, quando superou 50 mil unidades emplacadas, mas registrou queda de quase 5% em 2015. No caso da Harley-Davidson, a concorrente mais direta da Indian, as vendas no ano passado encolheram 11%.

Queda de mercado, desvalorização cambial, alta dependência de conteúdo importado... Seria mesmo o momento de montar uma operação no Brasil para vender menos de mil motos num ano?

Quando questionado se em algum momento pensou em adiar a operação ou se já era tarde demais, Lourenço garantiu: "Nunca pensamos em adiar, mas a crise nos obrigou a redimensionar várias vezes a operação."

A fábrica onde as motos são montadas nos Estados Unidos fica em Spirit Lake, Iowa. Nas próximas semanas chegarão mais dois modelos de 1.800 cc, a Chieftain e a Roadmaster, com diferenças de acabamento, mas muito parecidas na essência com as outras duas Chief, até por utilizar o mesmo motor.

Na prática o concessionário terá no showroom uma moto menor e de projeto mais ousado (Scout) e quatro variações sobre um mesmo tema (Chief). Esse talvez seja o maior desafio, atrair compradores com apenas dois projetos realmente diferentes.

Industriais do ABCD se unem para diminuir reflexo da crise

19/02/2016 – Fonte: DCI



A forte queda na produção industrial atingiu em cheio as sete cidades do ABC. Dependente dos pátios fabris, a região encara período de dificuldades, e a alternativa é que os pequenos e médios busquem auxílio para enfrentar a crise. "Uma das estratégias mais eficazes é buscar auxílio para enxugar as contas fixas", defende o professor de macroeconomia da Universidade Federal do ABC, Paulo Estácio Martins.

Na visão do acadêmico, a onda de demissões na região deve se aprofundar, como reflexo da fraqueza do cenário macro. "Os industriais do ABC são dependentes de contratos com empresas como Vale, Braskem e Petrobras. Além disso, a forte queda no setor automotivo também derrubará vagas no setor de autopeças."

Percebendo a queda na demanda de produtos químicos, em 2015, a indústria Zaiden, em Mauá, conseguiu evitar 25 demissões após auxílio do Sebrae. "Conseguimos segurar o emprego revendo custos fixos", disse o diretor-geral, César Camargo Filho.

Entre as estratégias, melhor negociação com fornecedores na compra de insumos e otimização logística foram adotadas. Apesar de eficaz no curto prazo, segundo Camargo Filho, a ação não se sustentará por muito tempo. "Com a inflação e queda nos pedidos, a medida é paliativa, mas visa atravessar essa fase difícil para quando a economia voltar ao eixo", defendeu.

Outra iniciativa é o projeto "Qualificação e Integração de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás no âmbito do Mercosul", que vai ajudar pequenos e empresários da região a fixar objetivos, atividades e requisitos para conseguir vender para outros países do Mercosul.

O projeto irá contemplar até 15 empresas da região desde que possuam no mínimo, cinco anos de funcionamento e faturamento anual entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 90 milhões.

Pela segunda vez, o Grande ABC participa de projetos de complementação do setor produtivo no âmbito do Mercosul. Em 2013 e 2014, 25 empresas da região participaram.

Indústrias tentam manter fatia de mercado com menos aporte

19/02/2016 – Fonte: DCI



A indústria brasileira deve atravessar mais um ano de baixo investimento. Os poucos aportes previstos para 2016 vão no sentido da manutenção de fatia de mercado e ganho de produtividade para enfrentar a concorrência mais acirrada dentro e fora do País.

"Começamos a ver as empresas mais preocupadas em aumentar a produtividade, isso aparece no aumento do percentual de industriais que investiu e planeja destinar recursos para melhoria de processos", observa o gerente de pesquisa da CNI, Renato da Fonseca.

De acordo com pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apenas 64% dos industriais brasileiros pretendem realizar investimentos em 2016. No ano passado, 74% declarou ter feito aportes, o menor percentual visto desde o início da série histórica em 2010.

Segundo Fonseca, as empresas que conseguirem manter os investimentos para aprimorar o processo produtivo vão sobreviver a crise e apresentar retomada mais

rápida. Diferente do visto em anos anteriores, quando a demanda em alta levou a indústria a concentrar aportes na expansão da capacidade produtiva, o foco agora é se manter em um mercado menor e mais competitivo.

"Os aportes previstos na pesquisa da CNI não significam que as empresas esperam alta nas vendas este ano. Esse é um investimento defensivo, para evitar uma perda maior de participação de mercado", diz ele.

Balança comercial

Para o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Nelson Marconi, as empresas que aproveitarem o atual cenário para investir em aumento de produtividade terão melhores condições de competir com importados, ao mesmo tempo que poderão exportar também.

"O setor externo pode ser o alento da indústria este ano, mas isso não deve ser suficiente para vermos uma recuperação do nível de investimento, porque as empresas continuam com um alto índice de capacidade ociosa", pondera Marconi.

Para ele as indústrias extrativa e de papel e celulose devem apresentar melhor desempenho em 2016, ajudados pelo setor externo. Internamente, Fonseca, da CNI, cita a indústria química como um dos setores cuja expectativa de aportes é um pouco melhor que a média geral. A indústria farmacêutica e de alimentos também podem se manter em melhor patamar nos próximos meses.

"O investimento produtivo nos últimos anos foi muito voltado ao mercado interno, mas já vemos um crescimento no percentual de empresas que dizem que vão investir para exportar e há redução de indústrias que planejam atender apenas a demanda doméstica", comenta o porta-voz da CNI.

Ao mesmo tempo existe uma torcida dos industriais de conseguir substituir os importados - devido ao aumento do dólar sobre o real, o que acabou encarecendo os produtos fabricados fora do País -, embora o movimento ainda esteja apenas no campo das expectativas.

"A situação enfrentada pela indústria na substituição de importados é parecida com o visto em exportação. Competir ficou mais fácil desde 2015 com a desvalorização do real, mas ainda é preciso avançar em produtividade", observa.

A defasagem tecnológica dos produtos brasileiros é outro problema a ser enfrentado pelas fabricantes para manter ou ampliar as vendas, destaca o professor do Insper, Otto Nogami.

"Além do investimento necessário no processo produtivo, os empresários precisam investir em inovação de produto para agregar tecnologia e ter qualidade para fazer frente aos concorrentes. O preço mais competitivo será consequência desse processo", defende ele.

Pequeno porte

A necessidade de manter e fazer aportes em inovação não fica restrita às indústrias de grande porte, lembra Nogami. Para ele, sem investimentos para aumentar a competitividade, as empresas menores não vão conseguir se manter.

Avaliação similar é feita pelo presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpipi), Joseph Couri. "É necessário investir para modernizar as fábricas, mas o que temos visto nos nossos levantamentos mensais é um número cada

vez maior de empresas fechando as portas. As indústrias estão sem caixa e para as micro e pequenas esse cenário é ainda pior, porque não há acesso ao crédito", diz.

No levantamento do Simpi, a média do indicador de intenção de investimento no ano passado foi de 29 pontos, abaixo dos 100 pontos que equivalem a estabilidade. Números próximos de 200 pontos sinalizam alta.

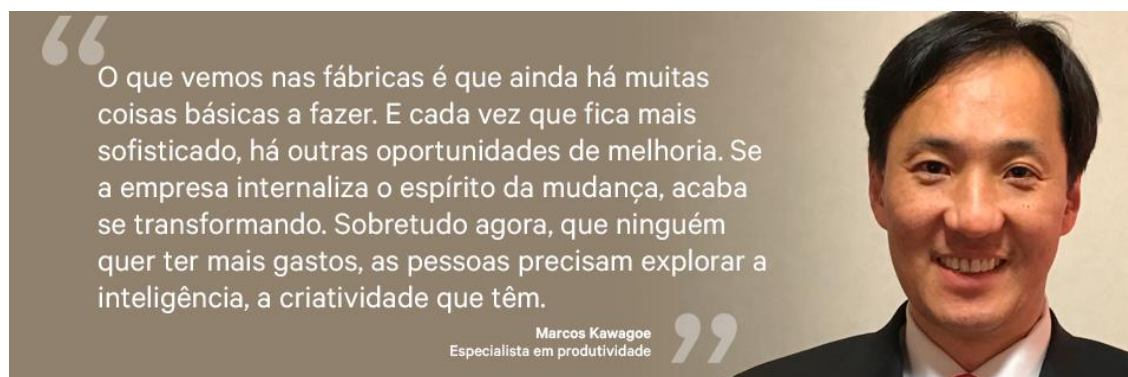
"O faturamento das empresas está em queda e os custos continuam subindo por causa da inflação. Isso claramente afeta o caixa dessas empresas, mas os empresários precisam entender que crises são cíclicas e é necessário formar reservas de capital para enfrentar momentos como o vivido atualmente", defende Nogami, do Insper.

O professor afirma que a reserva de recursos financeiros se faz mais necessária para empresas de menor porte, já que elas geralmente não têm acesso a linhas de crédito e, quando têm, pagam mais caro que as grandes indústrias e têm prazos menores para liquidação.

ENTREVISTA: Momento de parar e pensar em produtividade é agora, na crise

19/02/2016 – Fonte: CNI

Especialista em produtividade e ex-gerente de Melhoria Empresarial da Embraer, Marcos Kawagoe garante que empresas que melhoram seus processos durante a crise saem fortalecidas da recessão.



A experiência ensinou a Marcos Kawagoe a nunca subestimar o desperdício. Os danos provocados por ele aparecem em empresas de todos os portes. Kawagoe está habituado a receber olhares de certa descrença quando diz a empresários, gerentes e trabalhadores que é possível produzir mais e com mais qualidade com o que as fábricas já têm.

E que isso, chamado de produtividade, é o resultado da busca contínua por melhorias - a epítome da filosofia do *lean manufacturing* -, obtidas, diversas vezes, por mudanças simples. E as pessoas só acreditam vendo.

Foi assim quando ele liderou o processo de mudança de produção na Embraer, responsável por dar uma guinada na trajetória da empresa e que a tornou um case de eficiência.

Kawagoe lembra que, assim como agora, os tempos eram difíceis. Mas foi a mudança na produção que ajudou a tirar a Embraer da crise. Então, a interpretação que ele dá às turbulências é que elas são uma oportunidade para que as empresas revejam a produção e minimizem os desperdícios.

"Quem já passou por momentos assim, sabe que agora é a hora de ser mais produtivo. Antes da crise, as empresas diziam que não poderiam parar, que tinham de produzir. Agora, elas devem otimizar seus processos. O que vemos com a experiência é que as empresas que fazem essa reflexão no momento de crise chegam à recuperação mais preparadas", afirma. Depende, sobretudo, da liderança da empresa fazê-lo.

Essa tem sido uma das lições que ele tem levado às indústrias com quem trabalha. Entre elas, estão as empresas que participam do projeto Indústria+Produtiva, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que busca ajudar o setor produtivo a ganhar produtividade com mudanças simples e baixo custo. A seguir, confira os principais trechos da entrevista que ele concedeu à Agência CNI de Notícias.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Por que a produtividade das empresas brasileiras é considerada baixa?

MARCOS KAWAGOE - Tem a ver com várias coisas. Entre elas, a liderança. No dia a dia, às vezes a empresa está tentando apagar tantos incêndios que não para para olhar os seus processos e ver onde pode melhorar e ter mais produtividade.

E tudo tem processo, não só o industrial, mas logístico, administrativo. Este é um ponto que deveria ser mais observado.

Outro aspecto é o treinamento das pessoas. Falamos muito do *lean manufacturing*, mas as pessoas precisam ser treinadas para fazer isso. É preciso pegar os conceitos do *lean* e praticá-los. É isso que vai resultar na melhoria contínua.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O que você chama de desperdício?

MARCOS KAWAGOE - A Toyota, quando criou a filosofia do *lean*, identificou sete desperdícios: defeitos, excesso de produção, espera, transporte, movimentação, processamento inapropriado e estoque.

Quando identificamos os problemas, tornamos a produção mais eficiente. O operador não tem de fazer correndo, diminui o retrabalho, se cansa menos. Na verdade, ele faz mais tranquilo e produz mais. Tudo isso faz com que o trabalho seja mais produtivo.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Agora que muitas empresas estão lutando para não fechar as portas, onde se encaixa a discussão da produtividade?

MARCOS KAWAGOE - O momento é ideal. Muita gente olha e diz que a crise está em todo lugar. Na verdade, quem já passou por períodos assim, sabe que esse é o momento que ele precisa ser mais produtivo mesmo.

Antes da crise, as empresas diziam que não poderiam parar, que tinham de produzir. Agora é hora de otimizar. Se não, elas nunca terão a chance de parar e otimizar seus processos. O que vemos com a experiência é que as empresas que fazem essa reflexão durante a crise chegam à recuperação mais preparadas.

Conduzi o programa de excelência empresarial da Embraer. Em 2007, 2008, a situação era ruim para a indústria aeroespacial. Pensamos que tínhamos de melhorar naquele momento. Mexemos em todos os processos e quando voltamos, voltamos melhor e mais enxutos.

A própria liderança, a alta direção da Embraer, reconhece que o programa de melhoria, que ficou conhecido com P3E, teve suma importância para atravessar a crise nos últimos anos.

Tivemos de produzir aviões que nunca havíamos feito, não podíamos contratar. Resolvemos mexer nas linhas de produção, tiramos pessoas das linhas e as deslocamos para as linhas novas, de aviões militares e executivos. Rearranjamos 3 mil pessoas dentro da empresa. Foi muito importante para a Embraer, na época.

Dá para melhorar fazendo coisas rebuscadas? Dá, claro. Com máquinas mais novas, provavelmente, a produção será mais eficiente. Mas, primeiro, as empresas precisam aprender a melhorar a produtividade com coisas simples, sem grandes investimentos.

O que vemos nas fábricas é que ainda há muitas coisas básicas a fazer. E cada vez que fica mais sofisticado, há outras oportunidades de melhoria. Se a empresa internaliza o espírito da mudança, acaba se transformando. Sobretudo agora, que ninguém quer ter mais gastos, as pessoas precisam explorar a inteligência, a criatividade que têm.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Para empresas, ganhar produtividade tem benefícios óbvios. Mas e para o trabalhador?

MARCOS KAWAGOE - O que falo sempre é que o trabalho tem que ser bom, lógico, para a empresa, mas principalmente para quem faz, quem executa os processos.

A pessoa vai trabalhar mais facilmente, perderá menos tempo, se cansará menos e focará mais no trabalho sem ter de perder tempo com outras coisas.

Mexemos muito com ergonomia. Procuramos eliminar o carregamento de peso, movimentos bruscos, movimentação desnecessária.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O que as pequenas e médias empresas podem aprender com as grandes empresas, como Embraer e Toyota, que são conhecidas pelas estruturas de produção?

MARCOS KAWAGOE - Já trabalhei com empresas fornecedoras da Embraer, que são menores, de 50 a 200 funcionários. E sempre digo a elas que a filosofia do *lean*, da produção enxuta, não tem a ver com o tamanho do negócio. Por menor que ela seja, a empresa tem processo e processo tem desperdício.

É totalmente aplicável para qualquer porte de empresa. Importante é a liderança. Para fazer qualquer tipo de melhoria, a liderança tem que estar bem engajada. Tanto na alta administração, nos donos da empresa, quanto na liderança intermediária, com supervisores e gerentes. E, por incrível que pareça, é o líder intermediário que mais tem problemas com a mudança.

O trabalho não é só técnico, mas uma questão estrutural, que mexe com as pessoas. Mexer com as lideranças intermediárias resulta em grandes mudanças. É natural a resistência.

A gente precisa romper isso porque estamos propondo uma nova forma de fazer. Questionamos muitas coisas porque vemos desperdícios. Por isso, projetos como o Indústria+Produtiva são importantes, porque mostramos na prática e em um piloto.

[O QUE É LEAN MANUFACTURING?](#)

A mentalidade enxuta é uma filosofia operacional ou um sistema de negócios, uma forma de especificar valor; alinhar, na melhor sequência, as ações que criam valor; realizar essas atividades sem interrupção; sempre que alguém as solicitar; e realizá-las de forma cada vez mais eficaz, ou seja, fazer cada vez mais com cada vez menos. Também é uma forma de tornar o trabalho mais satisfatório e de eliminar desperdícios, e não empregos.

O termo "lean" surgiu originalmente no livro "A Máquina que Mudou o Mundo" (*The Machine that Changed the World*), de Womack, Jones e Roos, publicado nos Estados Unidos em 1990. Trata-se de um abrangente estudo sobre a indústria automobilística mundial realizada pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Nesse trabalho, ficaram evidentes as vantagens do desempenho do Sistema Toyota de Produção, que traziam enormes diferenças em produtividade, qualidade, desenvolvimento de produtos etc., e explicava, em grande medida, o sucesso da indústria japonesa.

Número de indústrias que planejam investir em 2016 é o menor em cinco anos, mostra pesquisa da CNI

19/02/2016 – Fonte: CNI

Com a queda da demanda e o aumento da ociosidade, provocados pela crise, mais da metade das empresas não cumpriu os projetos que estavam planejados para 2015



A crise econômica atingiu em cheio os investimentos das indústrias de grande porte, que têm 250 ou mais empregados. Apenas 64% dessas empresas pretendem investir em 2016, o menor número desde 2010, informa a pesquisa divulgada nesta quinta-feira (18) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com os empresários, as principais razões para a redução de investimentos são a incerteza econômica, a elevada ociosidade, a reavaliação da demanda e o custo do crédito.

Entre as empresas que têm planos de investimentos, 67% pretendem tocar projetos já em andamento e 33% planejam iniciar novos empreendimentos. "O percentual de empresas que pretende destinar seus recursos principalmente para novos investimentos é o menor da série, aponta a pesquisa da CNI.

Em 2010, ano em que o levantamento começou a ser feito, esse número era de 48%.

A boa notícia é que os investimentos de 2016 estão voltados principalmente para a inovação. Entre as indústrias que pretendem investir, 46% privilegiarão a melhoria ou a introdução de novos processos e 18% o desenvolvimento de produtos.

"Os investimentos em inovação são importantes para o país sair da crise porque aumentam a produtividade e modernizam as empresas", avalia o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca. O aumento da capacidade

instalada está nos planos de apenas 20% das indústrias, o menor percentual da série da pesquisa.

Os investimentos em inovação são importantes para o país sair da crise porque aumentam a produtividade e modernizam as empresas

Além disso, os planos das empresas para 2016 preveem o aumento dos investimentos destinados a atender o mercado externo. O número de empresas cujo foco principal dos investimentos é o mercado interno caiu de 68% em 2015 para 62% neste ano.

"A experiência de uma fraca demanda doméstica, aliada a uma expectativa ainda pessimista, estimula a indústria a procurar o mercado externo", diz o estudo.

FRUSTRAÇÃO EM 2015 - Conforme a pesquisa, muitas empresas suspenderam os planos de investimentos no ano passado. O número de empresas que investiu em 2015 foi de 74%, o menor desde 2010.

Mais da metade - 58% - não cumpriu os projetos como estava planejando. "A principal razão apontada para a frustração dos planos de investimentos foi a incerteza econômica", informa a CNI.

As principais características dos investimentos em 2015 foram:

- 67% das empresas destinaram seus investimentos principalmente à continuação de projetos anteriores;
- 33% investiram em novos projetos;
- 86% compraram máquinas e equipamentos. Dessas, 55% adquiriram principalmente máquinas e equipamentos nacionais e 23% compraram principalmente ou exclusivamente importados;
- 45% das empresas buscaram a redução dos custos e o aumento da competitividade;
- 39% concentraram os investimentos na melhoria do processo produtivo;
- 17% investiram no aumento da capacidade instalada

SAIBA MAIS - Esta edição da pesquisa Investimentos na Indústria foi feita entre 9 de novembro e 14 de dezembro de 2015, com 860 empresas de grande porte, que têm 250 ou mais empregados. Acesse a página da publicação para conhecer todos os detalhes.

Saiba o que são os acordos de dupla tributação e como podem beneficiar a economia

19/02/2016 – Fonte: CNI

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que as empresas multinacionais brasileiras têm sua competitividade afetada pela bitributação.

A celebração de novos acordos para evitar a dupla tributação e a uniformização dos tratados existentes reduzirá obstáculos e aumentará a segurança jurídica e a competitividade das empresas.

Diante disso o Fórum de Empresas Transnacionais (FET) da CNI faz recomendações ao governo para que o Brasil amplie sua rede e melhore a segurança jurídica dos atuais acordos e demonstra que pode, inclusive, ampliar a base de arrecadação com a

assinatura de novos ADTs, mesmo com redução da carga tributária sobre as empresas. A Agência CNI de Notícias preparou algumas perguntas e respostas para tirar dúvidas sobre o assunto. Confira:

1. Para que servem os acordos para evitar dupla tributação?

Tais acordos estabelecem as regras para repartir, entre os países, a receita da tributação de renda de cinco operações: lucros, royalties, juros, serviços e dividendos. Seus benefícios são: dar isonomia ao investidor no exterior em relação aos concorrentes estrangeiros; evitar a dupla tributação e a elisões fiscais (sonegação); aumentar a segurança jurídica para os investidores; e estimular os investimentos estrangeiros no país. Sem o acordo, as empresas brasileiras pagam altas alíquotas de imposto de renda nos países onde possuem investimentos.

2. Por que os ADTs são importantes para a economia brasileira?

É preciso encarar o ADT como fonte para aquisição de tecnologia, estímulo para melhorar a competitividade, além do ambiente de negócios para investir no Brasil e fora. A assinatura de ADTs terá impacto direto no aumento das exportações, no acesso à tecnologia e na melhoria da inserção da indústria brasileira nas cadeias de valor.

3. Por que estimular os investimentos no exterior é importante para o Brasil?

É importante por permitir às empresas acessar novos mercados; diversificar riscos quanto ao ciclo econômico no Brasil; acessar novas tecnologias e aumentar exportações. Estudo da CNI mostrou que, na última década, o crescimento das exportações das transnacionais brasileiras (industriais) foi o dobro das exportações totais do setor.

4. Com quem o Brasil deve celebrar acordos para evitar dupla tributação?

Em consulta feita pela CNI, no âmbito do Fórum das Empresas Transnacionais (FET), os cinco países centrais assinalados foram: Estados Unidos, Austrália, Colômbia, Alemanha e Reino Unido. Outros países importantes são: Paraguai, Uruguai, Angola, Moçambique, Suíça, Cingapura, Emirados Árabes e Arábia Saudita.

5. Quais os obstáculos para o Brasil negociar ADTs?

O Brasil não segue o modelo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), utilizado pela maioria dos países. Atualmente, dois terços dos ADTs assinados seguem o modelo da OCDE. Além disso, há algumas particularidades do modelo brasileiro que impactam negativamente nas negociações, sendo as mais relevantes:

- Tributação de royalties: países tributam no país de residência da empresa ou dividem. Mas, o Brasil tributa na fonte;
- O Brasil não define serviços técnicos nos ADTs e tributa o lucro das operações de importação de serviços na fonte. OCDE tributa na residência;
- Alíquota de IR para tributação de serviços é elevada, de 15%, contra média de 5% ou 10% no caso do modelo da OCDE;
- Falta de tributação em dividendos. Para incentivar investimentos, o Brasil deixou de tributar dividendos no passado, o que gerou perda de poder negociador do Brasil;
- Tax sparing ou matching credit: crédito de tributo que é dado ao investidor em seu país de residência pela dedução dada no Brasil. Mecanismo é pouco utilizado na prática pelas empresas e sua utilização emperra negociações;

6. A legislação brasileira é simpática a assinatura de ADTs?

Não. Há algumas particularidades também de legislação interna do Brasil que dificultam a negociação. São elas:

- O Brasil não possui regulamentação interna para resolver de forma amigável disputas

entre empresas e o fisco. Embora os ADTs assinados pelo Brasil tenham cláusulas de solução de controvérsias, na prática, as empresas estão desprotegidas e o modelo brasileiro se torna menos interessante.

- Regra de dedução da tributação de royalties é restrita e interfere nos ADTs pois: i) registro no INPI é excessivamente demorado; ii) percentuais fixados diferem do cálculo de preços de transferências da OCDE;

7. A CNI e o FET têm recomendações para tornar mais atrativo o modelo brasileiro? Quais são elas?

- Não tributar na fonte operações de serviços técnicos, sobretudo com transferência de tecnologia;

- Não tributar na fonte operações de royalties;

- Reduzir tributação de juros na fonte em operações de obras para infraestrutura, empréstimos de longo prazo e bens de capital;

- Não adotar o pleito de tax sparing e matching credit nas negociações.

Metais básicos operam em alta, após dado de vendas de carros da China

19/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre e de outros metais básicos operam em alta nesta manhã, em reação a dados positivos de vendas de veículos da China.

Por volta das 10h40 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) subia 0,3%, a US\$ 4.590,50 por tonelada, após atingir mais cedo a máxima em oito dias de US\$ 4.631,50 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre avançava 0,27%, a US\$ 2,0790 por libra-peso, às 11h11 (de Brasília).

Em janeiro, as vendas de novos carros na China subiram 9,3% na comparação anual, a 2,23 milhões de unidades, graças a um programa de incentivo fiscal que beneficia veículos pequenos.

A China é o maior consumidor mundial de cobre e de outros metais básicos.

Expectativas de que o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) adie o aperto de sua política monetária, diante da desaceleração da economia global, também favorecem o apetite por metais.

Entre outros metais na LME, o tom era igualmente positivo. No horário acima, o alumínio para três meses subia 1,5%, a US\$ 1.539,00 por tonelada, enquanto o zinco tinha alta de 1,7%, a US\$ 1.726,00 por tonelada, o níquel aumentava 0,5%, a US\$ 8.395,00 por tonelada, o chumbo ganhava 1,1%, a US\$ 1.742,00 por tonelada, e o estanho avançava 1,4%, a US\$ 15.840,00 por tonelada

País teve até novembro 9,126 milhões de desempregados, maior número da Pnad

19/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O País registrou em novembro do ano passado o maior número de desempregados da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada no primeiro trimestre de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre encerrado em novembro do ano passado, a pesquisa contabilizou 9,126 milhões de desocupados, um aumento de 41,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado equivale a 2,676 milhões de pessoas a mais na fila do desemprego.

Como consequência, a taxa de desemprego se manteve no pior patamar da série no trimestre até novembro de 2015, aos 9,0%. Embora tenha repetido o resultado do trimestre encerrado em outubro, o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, ressalta que foi a pior taxa da série. "Foi o pior resultado da série porque a expectativa era que fosse muito menor, porque a taxa de desocupação já devia estar cedendo com a aproximação do fim do ano", explicou Azeredo.

Num período em que o mercado de trabalho costuma registrar aumento sazonal no número de vagas, por conta das contratações de trabalhadores temporários para atender à elevação na demanda do fim do ano, a população ocupada na verdade diminuiu.

A queda no total de empregados foi de 0,6% no trimestre até novembro de 2015 ante igual período de 2014, o equivalente a 533 mil postos de trabalhos extintos. A inatividade também encolheu, 0,3% no período, o que significa que 201 mil pessoas que estavam fora da força de trabalho voltaram a pressionar o mercado.

Massa de salário

A massa de salários em circulação no País está menor, segundo os dados da Pnad Contínua. O fenômeno é explicado tanto pela redução na renda média do trabalhador quanto pela dispensa de funcionários.

Embora o IBGE considere que a massa de renda real dos trabalhadores tenha ficado estatisticamente estável, o montante encolheu de R\$ 172,780 bilhões no trimestre encerrado em novembro de 2014 para R\$ 169,896 bilhões no trimestre encerrado em novembro de 2015, o equivalente a uma redução de 1,7%.

"A massa de rendimentos é menor circulando no mercado em relação ao ano passado", confirmou Cimar Azeredo. "Tem uma menor massa de salários circulando no mercado, provocada pela queda no rendimento e menos pessoas ocupadas. Esse é o destaque da pesquisa", completou.

A renda média do trabalhador teve redução de 1,3% no trimestre encerrado em novembro de 2015 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Já o total de trabalhadores ocupados diminuiu 0,6% no período, o equivalente à extinção de 533 mil vagas.

'Brasil atravessa uma tempestade perfeita'

19/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O desempenho preocupante de economias emergentes, em particular do Brasil, é um dos destaques negativos do relatório Perspectivas Econômicas divulgado nessa quinta, 18, em Paris, pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O documento, escrito em um tom negativo, poucas vezes visto desde a eclosão da crise financeira internacional em 2008, chama atenção pelo temor em relação à imprevisibilidade que paira sobre a economia mundial.

Quanto ao Brasil, o documento é implacável. Para Álvaro Santos Pereira, ex-ministro da Economia de Portugal e hoje diretor de Estudos de Países do Departamento de Economia da OCDE, não haverá reconquista da confiança interna e externa sem um ajuste fiscal credível, acompanhado de reformas estruturais.

Sobre os números apresentados pela OCDE serem convergentes em relação aos revelados no Brasil, Pereira diz que "As perspectivas são quase as mesmas. As previsões são consistentes com os dados que têm saído sobre a economia brasileira nos últimos meses.

Pre vemos que este ano ainda será de recessão, um ano difícil. Nos próximos trimestres o Brasil começa a sair dessa situação, mas em um ritmo lento. Estamos prevendo um crescimento nulo, ou muito perto disso em 2017. Haverá uma gradual aceleração da economia brasileira, mas ainda há muitas dificuldades no curto prazo".

Sobre quais são as dificuldades que o vê no caminho do Brasil, ele diz que "todo brasileiro conhece bem a questão, na verdade. É importante fazer um ajuste fiscal, que é fundamental para garantir que o Brasil possa sair dessa situação delicada. O Brasil tem uma dívida pública que não é muito elevada, mas já considerável.

Além disso, os juros e os encargos são muito elevados. Quando se gasta muito com juros, tem-se menos para gastar em outras áreas. É muito importante que o ajuste seja feito, mas ao mesmo tempo salientamos que é muito importante que reformas econômicas estruturais avancem no Brasil para tornar o ambiente econômico mais confiável".

Sobre se em sua visão, o maior fator de instabilidade é a a crise política ou a econômica, Pereira conta que "no fundo o Brasil está atravessando uma tempestade perfeita nos últimos meses.

A crise política foi muito difícil, com todos os escândalos de corrupção que ajudaram a derrubar o índice de confiança. Mas o Brasil foi muito afetado pela redução dos investimentos da Petrobrás e das empreiteiras, além de enfrentar, como os demais países exportadores de commodities, a queda do preço das matérias-primas. Isso é um choque. Agora aumentou bastante a incerteza quanto ao turismo, relacionado ao zika. O Brasil está passando por um momento difícil".

Nesse intervalo a preocupação tem crescido com a dívida pública. Em 2008, a Espanha tinha uma dívida de 35% do PIB, contra 98% em 2015. Questionado sobre se teme que uma explosão similar possa ocorrer com o Brasil, Pereira argumenta ,que "as dívidas têm aumentado bastante, mas os encargos com a dívida também são muito elevados.

Enquanto a Espanha paga 3% ou 4% de juros, o Brasil paga 14%. Como se resolve essa situação? Só há duas maneiras, que são complementares: o ajuste fiscal têm de acontecer; e, em segundo lugar, têm de haver reformas.

A relação dívida/PIB baixa se houver uma contenção de despesas e, ao mesmo tempo, haver mais crescimento. Para tanto é preciso mais confiança dos investidores e dos consumidores. O Brasil aproveitou bem o efeito das commodities no passado. Agora precisa fazer as reformas avançarem.

As barreiras ao investimento, por exemplo, ainda são elevadas. Também é importante cortar procedimentos burocráticos e ampliar a integração econômica no próprio continente, estimulando o comércio na América Latina".

A nota de risco do Brasil tem caído por sucessivas avaliações das agências de rating. Para ele, recuperar confiança nesse cenário "só se ganha com um ajuste fiscal credível e com reformas. Se o País quer voltar a crescer, é preciso reconquistar credibilidade.

É preciso não só oferecer sinais às agências de rating e investidores de que as reformas serão feitas, mas também reconquistar a confiança interna".

O relatório da OCDE destaca o crescimento da incerteza econômica em todo o mundo, com a volatilidade dos mercados financeiros, por exemplo, e a situação das economias emergentes.

"Revisamos para baixo o PIB de praticamente todos os países. Isso ocorreu porque os riscos subiram, assim como a incerteza. Essas perspectivas não estão só associadas ao desempenho da economia da China e da Ásia em geral, mas também pelo impacto das economias exportadoras de matérias-primas, como o Brasil.

Há muitas economias dependentes de orçamentos públicos, e isso contribui para a volatilidade dos mercados".

6 em 10 empresas multinacionais brasileiras sofrem dupla tributação

19/02/2016 – Fonte: G1

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria ([CNI](#)), em parceria com a consultoria Ernest Young, mostra que 64% das empresas brasileiras com investimentos no exterior foram prejudicadas pela ausência de acordos para evitar dupla tributação (ADTs) ou por problemas na interpretação dos poucos tratados firmados pelo Brasil.

A bitributação internacional ocorre quando dois países cobram duas vezes o mesmo imposto de renda sobre lucros, dividendos, juros, royalties e serviços.

A pesquisa aponta ainda que 55% das transnacionais brasileiras sofreram com a dupla tributação na importação de serviços e 23% delas tiveram juros, dividendos ou royalties tributados mais de uma vez, aumentando os custos em comparação aos competidores internacionais.

Segundo a CNI, atualmente, o Brasil é a segunda economia, entre as emergentes, com maior estoque de investimentos no exterior. Os US\$ 316,3 bilhões de ativos nacionais lá fora só perdem para os US\$ 729,6 bilhões dos chineses. No entanto, a China (2º lugar no ranking geral de países) tem 99 acordos para reduzir o custo dos investimentos de suas empresas, e o Brasil tem apenas 32.

Outros países emergentes como África do Sul, Índia e México possuem mais acordos em vigor. A África do Sul assinou 71, a Índia, 96 (3º lugar no ranking) e, o México, 59 tratados desse tipo. O 1º lugar no ranking geral de países ficou com o Reino Unido (132).

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, explica que a ausência desses acordos favorece a evasão fiscal, retira a competitividade da inserção internacional via investimentos e gera tratamento menos favorável às empresas nacionais em relação às estrangeiras.

"A rede brasileira de ADTs é pequena, comparada a de outros países emergentes. Os acordos já assinados são pouco eficientes e o padrão brasileiro tem particularidades que interferem na assinatura de novos tratados com países que seguem as regras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)", explica.

Entre as particularidades do modelo brasileiro está a cláusula de tax sparing, que concede crédito de imposto fictício à empresa investidora e é considerado de pouca eficácia para atrair investimentos.

O Brasil pede a inclusão da "tax sparing clause" para assinar tratados com países desenvolvidos e esse é um dos principais obstáculos, por exemplo, para fechar um ADT com os Estados Unidos. Outro ponto que diferencia o modelo brasileiro nas negociações é a tributação sobre serviços.

Ao contrário da maioria dos países, o Brasil costuma tratar serviços técnicos como royalties e cobra imposto de renda na fonte, o que termina por gerar tributação no Brasil e no outro país.

Das empresas brasileiras com investimentos no exterior, 91% possuem investimentos com Alemanha, Austrália, Colômbia, Estados Unidos e Reino Unido. Esses países foram apontados como prioridade alta para início imediato das negociações de ADT pela consulta da CNI às empresas transnacionais.

Entre os países apontados pelos empresários como relevantes para firmar esse tipo de tratado também estão Angola, Arábia Saudita, Cingapura, Emirados Árabes, Guiné, Moçambique, Paraguai, Rússia, Suíça e Uruguai.

Para que servem os acordos para evitar dupla tributação

Segundo a CNI, os acordos estabelecem as regras para repartir, entre os países, a receita da tributação de renda de cinco operações: lucros, royalties, juros, serviços e dividendos.

Seus benefícios são dar isonomia ao investidor no exterior em relação aos concorrentes estrangeiros; evitar a dupla tributação e a elisões fiscais (sonegação); aumentar a segurança jurídica para os investidores; e estimular os investimentos estrangeiros no país. "Sem o acordo, as empresas brasileiras pagam altas alíquotas de imposto de renda nos países onde possuem investimentos", diz a CNI.

Para a CNI, a ADT é fonte para aquisição de tecnologia, estímulo para melhorar a competitividade e o ambiente de negócios para investir no Brasil e fora. "A assinatura de ADTs tem impacto direto no aumento das exportações, no acesso à tecnologia e na melhoria da inserção da indústria brasileira nas cadeias de valor", informa.

Vendas de aço registraram queda de 11%

19/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

As vendas de aço da Usiminas no ano passado somaram 4,915 milhões de toneladas, 11% a menos em relação às de 2014 (5,541 milhões de toneladas). Além da redução, o mix de vendas também piorou, com aumento da participação das exportações, motivo, conforme explicou o diretor de Finanças e Relações com Investidores (RI), Ronald Seckelmann, que levou a companhia a paralisar as atividades primárias em Cubatão (SP).

Enquanto as exportações responderam por 27% das vendas de aço da Usiminas em 2015, no ano anterior elas representavam 17% do volume comercializado. Na mesma comparação, as vendas domésticas da siderúrgica somaram 73% contra 83% na mesma base de comparação.

“Paralisamos as áreas primárias em Cubatão para nos livrar da pressão de exportar volumes que não conseguíamos vender no mercado interno. A intenção não é reduzir custos, mas não ser forçado a exportar a preços baixos”, afirmou.

O diretor acrescentou que a medida já deve começar a gerar margem Ebitda positiva a partir do segundo trimestre deste ano. A Usiminas confirmou que já está comprando placas de terceiros e fazendo apenas laminação em Cubatão. Segundo Seckelmann, produtos laminados a partir de placas adquiridas de outros players já foram inclusive homologados.

Minério - Já as vendas de minério pela Musa em 2015 somaram 3,790 milhões toneladas ante 5,623 milhões de toneladas em 2014, queda de 33%. Não houve exportações do insumo no ano passado.

Já no começo deste mês, a Usiminas e a MRS Logística acordaram a suspensão do transporte de minério de ferro produzido pela Musa pelos ramais da concessionária.

Em contrapartida à suspensão do contrato, a Musa pagará, em dez vezes, uma indenização de R\$ 315,4 milhões à MRS. Um dos motivos da suspensão do contrato de transporte de minério pela MRS foi a paralisação das atividades (coqueiras, sinterizações, altos-fornos e aciaria) na usina de Cubatão, em São Paulo. A outra razão é que a mineradora já não exporta mais minério de ferro devido à queda do preço internacional do insumo.

Os robôs estão chegando, mas não querem roubar seu emprego

19/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio



Desde que os robôs saíram das páginas dos livros de ficção científica e entraram no mundo real, os seres humanos têm medo de que eles roubem seus trabalhos.

Essa preocupação talvez seja mais fictícia do que científica. Uma pesquisa recente realizada pela VDMA Robotics e pela Automation Association mostra que as ondas de automação anteriores não tornaram a mão de obra obsoleta.

Na verdade, na Alemanha, maior usuária de robôs da Europa, o aumento do uso de mão de obra robótica no setor automotivo coincidiu com um aumento do emprego de seres humanos.

A hipótese da VDMA é que as habilidades que só os humanos possuem, como conhecimento, destreza e criatividade, vão se tornar mais valiosas à medida que as tarefas rotineiras forem progressivamente automatizadas.

Em vez de as máquinas substituírem a intervenção humana, diz a VDMA, o futuro do trabalho será de aumento da inteligência – os computadores irão amplificar o intelecto e as capacidades dos seres humanos.

A ideia se baseia em recentes desenvolvimentos de tecnologia. Os robôs geralmente são colocados em jaulas de segurança para evitar que machuquem as pessoas que trabalham ao redor deles, mas as maiores fabricantes de robôs do mundo – ABB Ltd. da Suíça, Fanuc Corp. do Japão e Kuka AG da Alemanha – estão construindo máquinas com novos sensores que reduzem significativamente o risco de lesões e que os ajudam a interagir melhor com os trabalhadores.

“Se você analisar o passado, o emprego não diminuiu por causa da automação”, de acordo com Patrick Schwarzkopf, CEO do braço de robótica da VDMA.

“Novas abordagens em fábricas inteligentes estão buscando uma combinação inteligente entre os pontos fortes dos seres humanos e os pontos fortes das máquinas, por isso não parece que estejamos caminhando para uma situação em que iremos perder empregos maciçamente”.

Isso pode ser tranquilizador para quem se preocupa com os efeitos da crescente demanda por robôs industriais sobre o trabalho, como o Fórum Econômico Mundial.

Em janeiro, o FEM estimou que mais de 5 milhões de empregos serão eliminados em todo o mundo devido às mudanças tecnológicas.

Dados da Federação Internacional de Robótica publicados recentemente preveem que o volume das vendas anuais de robôs industriais vai quase dobrar até 2018.

A demanda neste mercado de US\$ 32 bilhões por ano será impulsionada principalmente por países com baixa densidade de robôs.

A China já é o maior mercado de robôs, e o que cresce mais rapidamente, de todo o mundo, mas sua indústria tem uma densidade de robôs de apenas 36 unidades por 10.000 funcionários – quase a metade da média mundial, de 66 unidades.

Espera-se que o número de robôs na China aumente mais de 25 por cento em média por ano até 2018.

Isso não necessariamente significa que a oferta de emprego para seres humanos na China, ou em qualquer outro lugar, vá diminuir.

Na verdade, talvez estejamos um pouco mais perto de uma realidade em que as pessoas e os computadores trabalharão lado a lado.

Volvo vai trocar chave de carros por aplicativo em 2017

19/02/2016 – Fonte: Exame



A montadora Volvo anunciou que vai trocar a tradicional chave para abrir e dar partida em carros por um aplicativo para smartphones. A empresa informou que lançará um número limitado de veículos com o recurso a partir de 2017.

O aplicativo fará com que o smartphone se conecte ao sistema veicular da Volvo por Bluetooth para trocar as chaves de acesso entre os dois aparelhos.

Será possível emprestar a chave do veículo para um amigo de forma totalmente virtual. Para isso, seria preciso que a pessoa baixasse app da Volvo e você, então, compartilhasse com ela o código que funciona como uma chave digital para o seu carro. Não é preciso estar perto do seu amigo para emprestar a chave do carro para ele, isso pode ser feito via internet.

"A chave digital dos carros da Volvo vai transformar o compartilhamento de veículos em algo simples e conveniente", de acordo com a montadora, em seu blog oficial. A empresa informa ainda que os usuários do app poderão receber mais de uma chave digital para acessar diferentes carros da Volvo, o que facilitará o aluguel de veículos, por exemplo.

Algo que a companhia não informou é como isso vai funcionar caso você deixe o seu carro em um estacionamento com manobrista.

O sistema sem chaves da montadora será testado nos próximos meses na Suécia e os primeiros modelos de veículos com essa tecnologia estão previstos para chegar ao mercado no ano que vem.

Chaves físicas continuarão a ser oferecidas aos consumidores que as quiserem, segundo a marca.

Câmara aprova o acordo sobre a facilitação de comércio (bali)

19/02/2016 – Fonte: CNI

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 244/2015, que ratifica o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.

O Acordo de Facilitação do Comércio – AFC traz regras sobre o tempo de despacho e trânsito de mercadorias, encargos e taxas incidentes no comércio exterior e transparência na publicação de normas, que reduzem a burocracia no comércio exterior brasileiro, seja na aduana do Brasil, seja nas aduanas dos parceiros comerciais.

A redução da burocracia e dos custos de transações comerciais, em especial os portuários e aduaneiros, tem uma importância estratégica fundamental. Pesquisa da CNI realizada com mais de 600 empresas que atuam no Brasil revelou ser a burocracia alfandegária/aduaneira é o segundo principal entrave às exportações brasileiras, comprometendo a competitividade da indústria e conseqüentemente o desenvolvimento do país.

Entre os compromissos a serem assumidos pelo Brasil com a ratificação, alguns já estão em desenvolvimento ou sendo executados, inclusive considerados como modelo de atuação por outros países.

É o caso, por exemplo, do Portal Único de Comércio Exterior (Portal Único), atualmente o principal instrumento de política pública que busca avançar a agenda de facilitação de comércio no País, que já se encontra em fase de implementação.

Estudo da CNI mostra que, se o governo brasileiro implementar o Portal Único (um dos artigos do Acordo) o PIB real do Brasil terá um incremento de 2,03%. Existe também a previsão que haverá uma queda do prazo das exportações de 13 para 8 dias. Com isso, o custo do exportador cairá 38,5% e um aumento significativo no saldo

comercial da ordem de US\$ 9 bilhões. Tais resultados serão percebidos cinco anos após o Portal Único ser concluído.

Espera-se que a implementação do Acordo contribua para eliminar custos desnecessários nas operações de comércio e promova o aperfeiçoamento dos procedimentos aduaneiros nos países membros, sobretudo nos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, por meio de cooperação técnica aduaneira estabelecida no âmbito do Acordo.

O Acordo é parte importante do Plano Nacional de Exportações 2015-2018 (PNE), que tem como um de seus pilares a facilitação de comércio, e suas diretrizes e metas específicas são largamente inspiradas nas disposições e compromissos do Acordo.

A matéria segue para exame do Senado Federal.